

UM OLHAR SOBRE A NEGAÇÃO VELADA DO DEBATE SOBRE DIVERSIDADE FAMILIAR DENTRO DA ESCOLA PÚBLICA

VERONICK REZENDE SILVEIRA¹; VICTORIA RUAS SILVA²; GABRIELE LEITE PEREIRA³

MARCUS VINICIUS SPOLLE⁴

¹UFPEL – veroh.nsil@gmail.com

²UFPEL – vicrsilva2001@gmail.com

³UFPEL – gabrielepereira423@gmail.com

⁴UFPEL – sociomarcus@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A escola é muito mais do que um espaço físico de ensino formal: ela é um ambiente simbólico e diversificado, onde se constrói conhecimentos acadêmicos, mas também valores, habilidades sociais e emocionais essenciais para a convivência e cidadania. Ela reflete as desigualdades sociopolíticas e econômicas da sociedade em que está inserida, sendo ao mesmo tempo um microcosmo da realidade e um local de potencial transformação e resistência. Além disso, tem sido frequentemente um local de valorização cultural, onde tradições locais e práticas comunitárias podem ser preservadas e transmitidas às novas gerações. Ela pode se tornar um centro de expressão e fortalecimento de identidades coletivas, criando um ambiente de integração e troca entre diferentes atores.

Este cenário descrito acima está muito vinculado ao imaginário social sobre como um educandário atual estivesse organizado e operando dentro de lógicas entre aspas comuns: objetivos e focos em manter um corpo cidadão.

No entanto, estamos falando da complexidade do modelo de ensino formal brasileiro. Olhando para a comunidade em geral, a escola pode ser vista de formas distintas. Em muitas regiões, a escola é entendida como um pilar fundamental para o desenvolvimento local, sendo um lugar onde as crianças e jovens têm acesso a oportunidades que podem alterar suas trajetórias de vida. Contudo, em contextos de desigualdade e exclusão, a escola normalmente é vista como uma instituição distante da realidade da comunidade, principalmente quando as famílias não conseguem se envolver ativamente na vida escolar dos filhos devido a dificuldades econômicas, falta de tempo ou falta de confiança na própria instituição. Em algumas situações, a comunidade pode até mesmo se distanciar da escola, percebendo-a como um local de desigualdade e opressão, caso ela não consiga atender adequadamente às suas necessidades e expectativas.

Para buscarmos este entendimento dentro da visão macro que se desenha não somente pelos corredores e paredes da instituição, mas também pela extensão material e imaterial que envolve este lugar, é preciso que estejamos minimamente imersos na comunidade que a constitui. E foi nesse quesito que o subnúcleo da área de Sociologia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Universidade Federal de Pelotas (PIBID-UFPeI), imbuído de suas discussões realizadas durante o primeiro módulo de execução de atividades, elaborou um questionário antropológico, norteador por modelos globais de pesquisa - como por exemplo o World Values Survey (WVS) - onde, ao final de

sua aplicação em turmas de estudantes das escolas-campo que integram este núcleo, geraram um colchão de dados que puderam ser utilizados para pensar e modelar novas atividades pedagógicas.

Este trabalho se apoia em três autores principais: SILVEIRA (2006) explica que a escola moderna começou a assumir funções que antes eram da família, como ensinar regras de convivência e valores, mas manteve um jeito antigo de agir, sem levar em conta os novos tipos de família que existem hoje. NOGUEIRA (1998), usando ideias de Bourdieu, mostra que a escola valoriza os costumes e formas de falar de quem já se parece com ela, o que acaba deixando de lado as famílias mais simples, que muitas vezes cuidam das crianças em grupos maiores (como avós, tios e vizinhos). Já SINGLY(2000) destaca que fazer parte de uma família depende mais da convivência e do afeto entre as pessoas do que de documentos ou laços oficiais.

Este trabalho propõe trazer um fragmento do tabulamento gerado, que ao ser analisado, saltou aos olhos um debate interessante: existia uma distância conceitual trazida nas respostas dos estudantes quanto ao assunto de responsabilidade legal da família, e a própria construção particular familiar, sob a óptica etnico-racial das próprias devolutivas.

Os resultados da pesquisa confirmam essas ideias, mostrando que existe uma distância entre o que a escola exige e a realidade das famílias dos estudantes.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

A pesquisa foi desenvolvida com dezoito estudantes de duas turmas do Ensino Médio (segundo e terceiro ano) em uma escola pública. Aplicou-se um questionário baseado no World Values Survey (WVS), por meio do Google Forms, realizado na sala de multimídia da instituição.

A análise dos dados foi quantitativa, com foco no cruzamento de cinco perguntas-chave, traçando autodeclaração étnica-racial dos estudantes, escolaridade dos responsáveis legais e condição de empregabilidade dos mesmos (celetistas, informais, MEI'S, autônomos,desempregados e “do lar”). Para ser fidedignos à materialidade da realidade social, separadas as autodeclarações e interpolando os resultados dos demais tópicos, chegou-se aos seguintes resultados.

1. cinco das dez famílias de estudantes autodeclarados brancos celebram contratos trabalhistas em formatos diferenciados (autônomos, MEI's, afins);
2. outras três famílias de estudantes autodeclarados brancos estão dentro de trabalhos celetistas;
3. outras duas famílias de estudantes autodeclarados brancos estão desempregados.
- 4.. do total de estudantes autodeclarados brancos, a porcentagem de famílias chefiadas por pessoas com escolaridade básica concluída é de 70% (assim sendo sete famílias);

5. cinco das oito famílias de estudantes autodeclarados negros estão empregados em condições celetistas, donde apenas duas finalizaram a escolaridade básica;
6. apenas uma outra família de estudante autodeclarado negro encontra-se em condição de trabalho informal, donde encontra-se sem finalizar a escolaridade básica;
7. outras duas famílias de estudantes autodeclarados negros estão chefiados por pessoas que são “do lar”, que coincide com a situação de escolaridade básica incompleta.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados mostram diferenças importantes entre as famílias dos estudantes brancos e negros. Entre os brancos, a maioria dos pais concluiu a escolaridade básica, mesmo quando enfrentam desemprego. Já entre os negros, predominam famílias com baixa escolaridade e em condições de trabalho mais precárias, mesmo quando possuem outro responsável com escolaridade maior que o definido como responsável legal. Essa desigualdade pode influenciar a forma como os estudantes se sentem dentro da escola. Uma leitura compartilhada destes dados deu ao coletivo de bolsistas algumas indicações de pesquisas futuras. Uma destas contribuições estava direcionado para o debate de desempenho escolar desses adolescentes e participação familiar. Dada a confrontação destes compilados, em discussão em reuniões posteriores do núcleo, aventou-se a hipótese que nos aponta uma necessidade de uma pesquisa que encare uma leitura sobre os impactos de práticas pedagógicas que não levem em conta as questões raciais e socioeconômicas das famílias desses estudantes.

Nesse diálogo entre autores, estes lembram que a família é parte fundamental no processo educativo e funciona como uma ponte entre o estudante e seu lugar dentro desse ambiente. Quando essa ponte é ignorada, a escola reforça desigualdades. Por isso, é essencial que parcerias entre instituições e programas permitam-se a pesquisar suas próprias realidades, mostrando dilemas e construindo práticas mais inclusivas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NOGUEIRA, M.A. Relação Família-Escola: Novo Objeto na Sociologia da Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 103, p. 131-153, 1998.
- SILVEIRA, I.T. **Sociedade, educação e família**. Campinas, SP: Alínea, 2006.